

<b>Lei 9.961/2000</b>	<b>Decreto 3.327/2000</b>	<b>Pilares DIOPE</b>
X – definir, para fins de aplicação da Lei nº 9.656, de 1998, a segmentação das operadoras e administradoras de planos privados de assistência à saúde, observando as suas peculiaridades;	X – definir, para fins de aplicação da Lei nº 9.656, de 1998, a segmentação das operadoras e administradoras de planos privados de assistência à saúde, observando suas peculiaridades;	Registro, Autorização de Funcionamento, Monitoramento e Transferência de controle societário, Cisão, Fusão e Incorporação.
XIV – estabelecer critérios gerais para o exercício de cargos diretivos das operadoras de planos privados de assistência à saúde;	XIV – estabelecer critérios gerais para o exercício de cargos diretivos das operadoras de planos privados de assistência à saúde;	Registro, Autorização de Funcionamento, Monitoramento e Transferência de controle societário, Cisão, Fusão e Incorporação.
XXII - autorizar o registro e o funcionamento das operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem assim sua cisão, fusão, incorporação, alteração ou transferência do controle societário, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994;	XXIII – autorizar o registro e o funcionamento das operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem assim, ouvidos previamente os órgãos do sistema de defesa da concorrência, sua cisão, fusão, incorporação, alteração ou transferência do controle societário;	Registro, Autorização de Funcionamento, Monitoramento e Transferência de controle societário, Cisão, Fusão e Incorporação.
XXIII – fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde e zelar pelo cumprimento das normas atinentes ao seu funcionamento;	XXIV – fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde e zelar pelo cumprimento das normas atinentes ao seu funcionamento;	Registro, Autorização de Funcionamento, Monitoramento e Transferência de controle societário, Cisão, Fusão e Incorporação.  Atribuição DIOPE e DIFIS
XXXI – requisitar o fornecimento de informações às operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem como da rede prestadora de serviços a elas credenciadas;	XXXII – requisitar o fornecimento de quaisquer informações das operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem como da rede prestadora de serviços a elas credenciadas, conforme dispuser resolução da Diretoria Colegiada;	Registro, Autorização de Funcionamento, Monitoramento e Transferência de controle societário, Cisão, Fusão e Incorporação.  Regimes Especiais  Atribuição de todas as Diretorias
XXXII – adotar as medidas necessárias para estimular a competição no setor de planos privados de assistência à saúde;	XXXIII – adotar as medidas necessárias para estimular a competição no setor de planos privados de assistência à saúde;	Registro, Autorização de Funcionamento, Monitoramento e Transferência de controle societário, Cisão, Fusão e Incorporação.

		Atribuição DIOPE, DIPRO, DIDES
XXXIII – instituir o regime de direção fiscal ou técnica nas operadoras;	XXXIV – instituir o regime de direção fiscal ou técnica nas operadoras;	Regimes Especiais
XXXIV – proceder à liquidação extrajudicial e autorizar o liquidante a requerer a falência ou insolvência civil das operadoras de planos privados de assistência à saúde;	XXXV – proceder à liquidação das operadoras que tiverem cassada a autorização de funcionamento.	Regimes Especiais
XXXV – determinar ou promover a alienação da carteira de planos privados de assistência à saúde;		Regimes Especiais  Atribuição DIOPE (determinar) e DIPRO (promover)
XL – definir as atribuições e competências do diretor técnico, diretor fiscal, do liquidante e do responsável pela alienação de carteira;		Regimes Especiais  Atribuição DIOPE e DIPRO (diretor técnico)
XLI - fixar as normas para constituição, organização, funcionamento e fiscalização das operadoras de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, incluindo: c) direção fiscal ou técnica; d) liquidação extrajudicial; e) procedimentos de recuperação financeira das operadoras;		Registro, Autorização de Funcionamento, Monitoramento e Transferência de controle societário, Cisão, Fusão e Incorporação.  Regimes Especiais
XLII – estipular índices e demais condições técnicas sobre investimentos e outras relações patrimoniais a serem observadas pelas operadoras de planos de assistência à saúde.		Registro, Autorização de Funcionamento, Monitoramento e Transferência de controle societário, Cisão, Fusão e Incorporação.